AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO

Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros | Número 147 | Abril de 2014 | MG

Rua Albita, 194 • Bairro Cruzeiro
Belo Horizonte • MG • CEP 30.310-160

JUDICIÁRIO INDEPENDENTE, MAGISTRADO VALORIZADO

DEMOCRATIZAÇÃO

Amagis realiza consulta a juiz sobre eleições no TJMG

Tiago Parrela

Herbert Carneiro faz defesa oral das eleições diretas no TJ

A Amagis irá fazer consulta prévia a todos os magistrados, a fim de conhecer, de forma ampla e participativa, a opinião da classe sobre os candidatos inscritos aos cargos diretivos do TJMG. A manifestação dos juízes será feita por cédula e meio eletrônico, entre os dias 14 e 23 de abril. As eleições do Tribunal acontecerão no dia 28 de abril. Para dar transparência e isenção à sua consulta, a Amagis formou comissão eleitoral que organizou a participação de todos. A Associação ainda convidará os candidatos a apresentarem suas propostas de gestão, que serão, em seguida, divulgadas aos magistrados.

No dia 17 de março, o Pleno do Tribunal aprovou parcialmente a proposta de democratização: ampliou a elegibilidade a todos os desembargadores, mas rejeitou a emenda que incluía o voto de todos os juízes.

Páginas 4 e 5

Pela quarta vez, Amagis Saúde recebe nota máxima da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no quesito assistencial

Página 23

Amagis requer participação no Órgão Especial

Página 8

Associação defende independência do Judiciário em Lavras

Página 9

Seminário discute violência contra a mulher

Página 16

RECONHECIMENTO

Amagis homenageia Antonio Anastasia

Tiago Parrela

Herbert Carneiro e Antonio Anastasia

Página 11

Avanços dependem da democratização do Judiciário

HERBERT CARNEIRO*

Consolida-se, cada vez mais, a convicção de que os tribunais não podem continuar a reboque do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), expondo-se em constantes situações de fragilidade e desprestígio. Agora, o CNJ está prestes a editar resolução que determinará a inclusão obrigatória da participação dos juízes de primeira instância em todos os debates e comissões que tratem da vida e sobrevivência do Poder - do planejamento à gestão e resultados da atividade judiciária.

A toda evidência, mais uma vez, por omissão, o Judiciário receberá nova ordem, de cima para baixo. Tudo isso porque não teve a lucidez e o compromisso de colocar em prática as autonomias administrativas e financeiras de que é detentor. É inexplicável, por exemplo, que os tribunais se neguem a adotar efetiva democratização, com aprovação de eleições diretas para os cargos diretivos. O exercício da democracia, especialmente para o âmbito do Judiciário, é tarefa para aqueles que não temem a submissão de suas ações ao crivo do juízo de valor de desembargadores e juízes indistintamente.

Abrir o Tribunal, com a possibilidade de eleição de todos os desembargadores para os cargos diretivos e com o voto de todos os juízes, seria avanço histórico capaz de nos contextualizar aos tempos de pós-modernidade e representaria opção refletida e consciente de sobrevivência democrática com eficiência. Se não agirmos assim, estaremos, cada vez mais, fadados ao enfraquecimento e desprestígio de nosso Judiciário.

Ainda assim, por timidez inexplicável e comprometedora, o Judiciário vive o anacronismo entre direitos e avanços conquistados na Constituição de 1988 e a ultrapassada convivência com uma lei que regula seu funcionamento (Lei Orgânica 35/1979), criada na ditadura.

Admitir a permanência dessa incompatibilidade é continuar convivendo, passiva e omissivamente, com o atraso. As autonomias administrativas e financeiras previstas na Carta Magna, e reiteradas na EC 45 (reforma do Judiciário), são para valer, mas só terão eficácia se os tribunais resolverem, corajosamente, colocá-las em prática.

Sintonizados com os novos tempos, os juízes mineiros aprovaram, em histórica assembleia realizada em agosto de 2013, provocar o Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) para esse debate democrático sobre as eleições diretas. O protagonismo histórico desse importante momento deve ser tributado unicamente aos juízes.

Diante disso, no último dia 17 de março, em um avanço importante, ainda que parcial, o TJMG ampliou a elegibilidade a todos os desembargadores, mas negou o voto aos juízes. Mesmo assim, por meio da Amagis, eles poderão se manifestar através de uma consulta, entre os dias 14 e 23 deste mês, sobre os candidatos. Na mesma direção, associações de magistrados de todo o país, liderados pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), solicitaram aos tribunais, no dia 31 de março, que adotem as eleições diretas.

De outro lado, não é minimamente razoável tirar do juiz de primeira instância o direito à participação integral nas atividades de gestão do Judiciário, quando se sabe que são eles os responsáveis por 85% de toda a demanda judicial. Se não tivermos a grandeza cívica e visão orgânica responsável do Poder Judiciário para reconhecer isso, com a participação direta dos juízes nas eleições das mesas diretivas dos tribunais, mais uma vez, receberemos, de forma subserviente e sem direito a esperneios, da parte do CNJ, a ordem nesse sentido. Depois, não haverá mais nada a fazer, a não ser reconhecer a nova realidade e a importância da democratização.

"O Judiciário vive o anacronismo entre direitos e avanços conquistados na Constituição de 1988 e a ultrapassada Loman"

São inconsistentes e frágeis os argumentos de que a democratização depende de alterações constitucional e legal. Pensar assim, com a devida vênia, é desconhecer e desprezar as autonomias administrativas e financeiras dos tribunais estaduais. Mais fraco ainda é o argumento de que a democratização interna vivenciada pelo Ministério Público, com eleições diretas, representou retrocesso e trouxe desorganização político-institucional. Ao contrário, o Ministério Público, diferentemente do Judiciário, cuidou de fazer sua lei orgânica e garantiu, assim, as conquistas previstas na Constituição. Amadureceu e se fortaleceu enquanto instituição. Debatem, democraticamente, por ocasião das eleições, mas, passado o pleito, unem-se e defendem, ardorosamente, a instituição e sua missão constitucional. ●

(*) Presidente da Amagis

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente Sóciocultural-Esportivo:
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subscretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Presidente do STF defende melhorias na 1ª instância **3**

Anastasia recebe homenagem da Amagis **11**

>> Cooperação visa aprimoramento da Justiça 03
>> Presidente do STF defende melhorias na 1ª instância 03
>> Tribunal amplia elegibilidade 04 e 05
>> Amagis protocola requerimento no TJMG 06
>> Associação divulga relatório de gestão 06
>> Amagis requer participação no Órgão Especial 08
>> Decisões do Órgão Especial em março 08
>> Lavras: Presidente realiza desagravo 09
>> Anastasia recebe homenagem da Amagis 11
>> Associação solicita suporte sobre mineração 12
>> TJMMG empossa nova diretoria 12
>> Equipes confirmam participação no Campeonato da AMB 14
>> Confira destaques dos programas de TV da Amagis 15
>> Entrevista >> Juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro 19
>> Pós-Litteratura 21
>> Plano oferece transporte aeromédico 24

Tribunal amplia elegibilidade **4**

Plano oferece transporte aeromédico **24**

AMAGIS-UFMG

Cooperação visa aprimoramento da Justiça

Tiago Parrela

Juiz José Martinho Nunes Coelho representou a Amagis

Buscando promover o aprimoramento da prestação jurisdicional e da gestão judiciária, por meio da elaboração de estudos, pesquisas e produção de conhecimento científico, a Amagis assinou, no dia 13 de março, um acordo de cooperação técnica com a UFMG, durante a realização do "I Seminário Prunart sobre Administração da Justiça". O juiz José Martinho Nunes Coelho, diretor Financeiro da Amagis, representou o presidente da Associação, Herbert Carneiro, na solenidade de assinatura do convênio.

O acordo visa ainda contemplar as ações concernentes do Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, instituído pela Resolução 70/09, do CNJ, que exige a reconstrução conceitual e operacional das práticas judiciárias e do exercício da função jurisdicional.

Serão promovidos eventos científicos, seminários, encontros e mesas-redondas para o compartilhamento de conhecimento e o debate interinstitucional, para colher subsídios e base empírica por meio do diálogo entre a Amagis e o Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça (Prunart) da UFMG. Na mesma oportunidade, a UFMG assinou cooperação, com o mesmo objetivo, com a Ajufemg e a Amatra 3. ●

EQUILÍBRIO

Presidente do STF defende melhorias na 1ª instância

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, esteve na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no dia 17 de março, para assinatura de termo de cooperação técnica com o tribunal mineiro. Na ocasião, ele concedeu entrevista exclusiva à Amagis e falou sobre a prioridade no equilíbrio entre a 2ª instância e a 1ª instância. "Há estados em que os tribunais são muito bem equipados, e os juízes da 1ª instância operam numa situação de quase penúria, com problema de insegurança física", reconheceu o presidente do STF, lembrando seminário sobre o tema, realizado em fevereiro no CNJ, quando foi elaborado diagnóstico da situação real das carências de investimento na 1ª instância e do qual participou o presidente da Amagis.

DEMOCRATIZAÇÃO

Ainda na entrevista concedida à Amagis, Joaquim Barbosa considerou que é importante a experiência da democratização do Judiciário nas eleições dos tribunais estaduais. De acordo com ele, havendo o estabelecimento de critérios para a escolha dos elegíveis, a eleição direta para o Tribunal de Justiça é muito positiva. "Acredito que é positivo, havendo critérios racionais, não vejo grandes problemas", disse Joaquim Barbosa.

Adriano Boaventura

Ministro assina termo de cooperação entre CNJ e TJMG

O ministro esteve em Belo Horizonte para assinar o termo de cooperação entre o CNJ e o TJMG sobre o processo judicial eletrônico. O objetivo é conjugar esforços entre o Tribunal de Justiça e o CNJ para o desenvolvimento do sistema PJe. "Considero o processo judicial eletrônico como uma das metas prioritárias no Conselho Nacional de Justiça e vejo essa medida como uma revolução na prestação jurisdicional", afirmou o ministro Joaquim Barbosa, que é mineiro de Paracatu. ●

DEMOCRATIZAÇÃO

Juízes irão se manifestar nas

Tiago Parrela

Presidente da Amagis discursa durante a sessão do Pleno, na qual defende direito do juízes votarem para presidente do TJ

Por iniciativa da Amagis, os juízes mineiros vão se manifestar sobre as eleições do Tribunal de Justiça de Minas Gerais por meio de consulta em todos os cargos diretivos do Judiciário estadual. O objetivo é conhecer, de forma ampla e participativa, a opinião da classe sobre os candidatos inscritos aos cargos diretivos do TJMG.

A pesquisa será feita por meio eletrônico e por cédula entre os dias 14 e 23 de abril. Para dar transparência e isenção à consulta que vai realizar, a Amagis formou comissão eleitoral que organizou a participação de todos. A Associação vai também convidar os candidatos aos cargos diretivos do Tribunal a apresentarem suas propostas de gestão, que serão, em seguida, divulgadas aos magistrados.

> "Fui o porta-voz dos juízes mineiros. O protagonismo histórico desse importante momento, porém, deve ser tributado aos juízes de Minas, e a mais ninguém"

Tão logo seja definido os candidatos aos cargos, demais informações serão divulgadas para que a participação dos juízes seja tão histórica como foi a assembleia que reuniu, na sede da Amagis, cerca de 500 magistrados. "Juntos, construiremos o futuro e a democratização do Judiciário", declarou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, convocando a todos os magistrados a se manifestarem e a participarem das principais decisões do Poder Judiciário.

ELEGIBILIDADE

No último dia 17 de março, o Pleno do Tribunal de Justiça alterou o regimento interno para acolher parcialmente as propostas de democratização do Judiciário aprovadas pela histórica assembleia da Amagis, realizada em agosto do ano passado. Foi aprovada a elegibilidade a todos os desembargadores, mas foi negada a inclusão do voto direto dos juízes mineiros na escolha dos cargos de direção.

Logo após a sessão, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, garantiu que a Amagis continuará na defesa da democratização do Judiciário, para que toda a magistratura, e não apenas uma parte, possa participar das decisões do Tribunal.

"Fui o porta-voz dos juízes mineiros. O protagonismo histórico desse importante momento, porém, deve ser tributado aos juízes de Minas, e a mais ninguém", afirmou o presidente. Herbert Carneiro ainda afirmou que "não é minimamente razoável tirar do juiz de primeira instância o direito à participação integral nas atividades de gestão do Judiciário quando se sabe que são eles os responsáveis por 85% de toda a demanda judicial". ●

REPERCUSSÃO

"Como sonhador vou continuar lutando, a magistratura vai continuar lutando para que tenhamos eleição direta. E como disse Gandhi, espero que, em breve, possamos converter nossos sonhos em realidade".

Desembargador Nelson Missias, vice-presidente de Assuntos Legislativos da AMB e ex-presidente da Amagis.

"É importante respeitar a decisão do Pleno. Entretanto é de extrema importância a participação dos juízes de 1º grau na escolha dos dirigentes do Tribunal, pois só eles têm o contato diário e direto com a população, o que lhes dá experiência fundamental na busca de métodos mais eficazes para a qualificação da prestação jurisdicional"

Desembargador Edison Feital, diretor do Amagis Saúde.

eleições para cargos do TJMG

"Foi uma pena, porque o Tribunal de Justiça de Minas Gerais perdeu a oportunidade de fazer história, ao deixar de aprovar a participação dos juízes de 1ª Instância nas eleições da mesa diretora. Por outro lado, foi aprovada a ampliação do colégio eleitoral, que nesse aspecto, houve uma vitória da Amagis, com uma proposta nossa."

Juiz Antônio Carlos Parreira - Comarca de Varginha

"Lamento o entendimento do pleno a respeito da questão da participação dos juízes no processo eleitoral para sua direção. A democracia não prevaleceu e é lamentável um órgão do TJMG entender que os juízes não têm competência para escolher os dirigentes desta casa."

Juiz Marcelo Carlos Cândido – diretor da seccional de Governador Valadares

"Infelizmente, não alcançamos tudo aquilo que almejávamos, mas, creio que, na ampliação do quadro de elegíveis é um passo, o que nos anima a continuar nesta luta para que consigamos, enfim, democratizar o Judiciário"

Juiz Vinícius de Ávila Leite – diretor da seccional de Patos de Minas

"Entendo que foi uma perda muito grande porque a democratização do Judiciário é um avanço para o todo jurisdicionado. O Tribunal de Justiça perdeu a oportunidade de fazer história"

Juíza Ivone Guilarducci – vice-presidente de Interior

"Num momento em que o Tribunal de Minas tinha chance de fazer história, ampliando o colégio eleitoral para todos os juízes, vemos com muita tristeza a decisão tomada. Por outro lado consideramos uma vitória a ampliação da elegibilidade dos desembargadores"

Juiz Marco Antônio Ferreira – diretor da seccional de Montes Claros

"Lamentamos o resultado porque um dos princípios basilares da nossa constituição é o processo democrático. E lamentavelmente o poder que tem de zelar pela constituição não é um poder democrático"

Juiz Wagner Guerreiro – diretor da seccional de Uberaba

"Temos de respeitar o entendimento do Tribunal, mas acho extremamente louvável a atitude da Amagis de submeter a questão, de insistir na questão e de buscar essa necessidade que nós temos. Creio que o tempo acabará trazendo essa necessidade de votação de todos os juízes para a eleição do presidente que dirige a nós todos."

Juiz Carlos Alberto Pereira – diretor da secional de Poços de Caldas

Tiago Parrela

Desembargador Nelson Missias

Desembargadores ampliaram a elegibilidade

Propostas de ampliação de voto aos juízes não foi aceita

ELEIÇÕES DIRETAS

Amagis protocola requerimento no Tribunal de Justiça

No dia 31 de março, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, voltou ao TJMG em defesa da democratização do Judiciário, ao protocolar proposta de emenda regimental a fim de ampliar o colégio de eleitores para alcançar todos os juízes vinculados ao TJMG. A ação faz parte do movimento nacional articulado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com o objetivo de unir as associações de magistrados do país na luta para democratizar o processo eleitoral no Poder Judiciário.

"Não se trata apenas de democratizar a estrutura administrativa do Poder Judiciário, mas principalmente de permitir a escolha daquele magistrado que, para a maioria dos membros da magistratura, se apresente como o melhor gestor ou administrador da coisa pública. E melhor gestor não apenas do Tribunal, mas sim de todo o Poder Judiciário", diz o ofício que é assinado pelo presidente Herbert Carneiro e também pelo presidente da AMB, juiz João Ricardo dos Santos Costa.

A data escolhida para a realização do ato político, de acordo com a AMB, visa demonstrar à sociedade que, após 50 anos do Golpe de 31 de março de 1964, os juízes ainda buscam a plena democracia no âmbito do Judiciário, postulando o mais elementar dos direitos, o direito ao voto na escolha dos dirigentes do Poder que integram. ●

CÓPIA

AMB

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DES. JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES.

A **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB**, entidade de classe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.102.226/0001-04, com sede no SCN – Quadra 02, Bloco D, Conjunto 1302, Centro Empresarial Liberty Mall, Cep: 70.712-903, Brasília-DF, e A **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS – AMAGIS**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.634.966/0001-10, representativa dos interesses dos magistrados do estado de Minas Gerais, com sede na Rua Alvita, 194, Cruzeiro, Belo Horizonte-MG, Cep: 30.310-160, vêm, respeitosamente, à presença de V.Exa. formular a seguinte **proposta de emenda regimental**.

1. Como é do conhecimento comum no âmbito da magistratura nacional, têm as entidades associativas buscado implementar nos Tribunais a adoção do voto direto, por todos os juízes, para a escolha dos integrantes da administração dos tribunais.

2. Não se trata apenas de democratizar a estrutura administrativa do Poder Judiciário, mas principalmente de permitir a escolha daquele magistrado que,

Ofício entregue no TJMG

PRESTANDO CONTAS

Associação divulga relatório de gestão

O resumo das principais ações desenvolvidas pela Amagis em favor dos magistrados, suas prerrogativas, direitos e segurança, além das ações em favor do aperfeiçoamento do Poder Judiciário, realizadas no ano passado, está disponível no Relatório de Gestão 2013. A publicação compila todo o trabalho desenvolvido pela diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros em diversas áreas de atuação e demonstra que todas as metas traçadas coletivamente, desde a posse, até o último dia do ano, foram cumpridas. O material está disponível para download no site da Amagis. ●

PATRIMÔNIO

Programa Novos Rumos realiza mutirão do júri em BH e no interior

TJMG

Sessão realizada no Tribunal do Júri, em BH, durante mutirão

Coordenado pelo Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o mutirão do júri na capital, que aconteceu entre os dias 17 a 28 de fevereiro, atingiu 80% de júris programados. Das 40 sessões de julgamento agendadas, 32 foram realizadas.

O mutirão, que se constitui em sessões extras de julgamento do tribunal do júri, a partir de cooperação judicial de natureza criminal, visa atender à Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que estabelece que sejam julgadas todas as ações penais que receberam denúncia contra crimes dolosos contra a vida em data anterior a 31 de dezembro de 2009.

INTERIOR

Neste mês de março, o mutirão do júri seguiu para as Comarcas de Abre Campo, com 10 júris extras agendados, entre os dias 10 a 14 de março. Em Muriaé e Peçanha, 20 júris extras estavam agendados para serem realizados nos dias 17 a 28 de março.

Vale ressaltar que, no ano de 2013, em todo o Estado de Minas Gerais, foram realizados 539 júris extras dos 638 previstos, perfazendo um índice de 85% de sessões realizadas. ●

RIBEIRÃO DAS NEVES

CNJ realiza mutirão em Complexo Prisional

Luiz Silveira / Agência CNJ

Foram analisados mais de 6 mil processos

Uma equipe de juízes nomeados pelo TJMG analisou mais de 6 mil processos de presos provisórios e condenados no mutirão carcerário que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou no Complexo Prisional de Ribeirão das Neves, reconhecendo o direito de 400 presos à liberdade e concedidos 1.130 benefícios aos detentos.

Outro resultado do mutirão foi a transferência de 11 pessoas que cumpriam medida de segurança, no maior complexo prisional de Minas Gerais, para hospitais de custódia, em Ribeirão das Neves. As condições de encarceramento das sete unidades do complexo foram avaliadas como positivas, segundo o coordenador do mutirão, juiz Ulysses Gonçalves. ●

POSSE

Magistrado irá substituir na 16ª Câmara Cível

Renata Caldeira / TJMG

Pedro Aleixo Neto é empossado pelo presidente do TJMG

O juiz Pedro Aleixo Neto foi empossado, no dia 18 de março, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), para exercer a função de substituição na 16ª Câmara Cível do Tribunal. O magistrado assume temporariamente a vaga aberta pela licença da desembargadora Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade. A convocação foi oficializada pela Portaria nº 2.967/2014, publicada no dia 17 de março.

Pedro Aleixo Neto foi escolhido para ocupar a vaga pelo critério de antiguidade em sessão do Órgão Especial do TJMG realizada no dia 12 de março. Até então, o juiz estava à frente da 6ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte. ●

DIREITO A VOZ

Presidente requer participação no Órgão Especial

Com o objetivo de otimizar a atuação em defesa dos magistrados e abrir novos espaços de diálogo, a Amagis protocolou, no dia 31 de março, ofício no qual o presidente, desembargador Herbert Carneiro, solicita a autorização do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano, para a participação da Associação nas sessões administrativas do Órgão Especial do Tribunal.

Segundo o documento, que ainda homenageia a gestão democrática e transparente da atual gestão do Tribunal, a participação se daria sem direito a voto. O ofício ainda cita como exemplo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi franqueada voz à Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) nas sessões administrativas de seu Órgão Especial.

O presidente da Amagis ainda reafirma a demonstração de compromisso com a democratização interna que tem sido dada pelo TJMG, a exemplo da recente e histórica abertura do colégio de elegíveis à mesa diretora, com possibilidade de eleição de todos os desembargadores integrantes do Tribunal Pleno. ●

CÓPIA

AMAGIS

Belo Horizonte, 31 de Março de 2014.
Gapre - Ofício nº 040/2014.

Senhor Presidente:

Com cordial visita e manifestando o desejo da magistratura mineira, através da única e legítima representante da classe, a Amagis requer a Vossa Excelência autorização para participar, sem direito a voto, das sessões administrativas do Órgão Especial, de modo a otimizar a atuação dos magistrados e abrir novos espaços de diálogo, em homenagem à gestão democrática e à transparência desse egrégio Tribunal.

Nesse sentido, de maneira histórica, o egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, através de seu ilustre presidente, Desembargador José Renato Nalini, e lastreado em abalizado parecer de juízes auxiliares da presidência, transpostos "ad referendum" da comissão de regimento e de decisão definitiva do Órgão Especial, desde logo, voz à Apamagis - Associação Paulista dos Magistrados, nas sessões administrativas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Forçoso registrar que esse egrégio Tribunal de Justiça mineiro tem dado mostras constantes de seu compromisso com a democratização interna, a exemplo da recente e histórica abertura do colégio de elegíveis à mesa diretora, com a possibilidade de eleição de todos os Desembargadores integrantes do Tribunal Pleno.

Nessa linha de pensamento e confiantes na alta sensibilidade de Vossa Excelência, para entendimento e acatamento do tema destacado, aguardamos breve manifestação, na expectativa de seu atendimento.

Na oportunidade, renovo-lhe protestos de respeito.

Atenciosamente,

Des. Herbert José Almeida Carneiro
Presidente da Amagis

Exmo. Sr.
Des. Joaquim Herculano Rodrigues.
DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG.

Ofício enviado ao presidente do TJMG

ÓRGÃO ESPECIAL

Confira as decisões no mês de março

Tiago Parrela

As sessões do Órgão Especial foram transmitidas pelo site da Amagis

A Amagis acompanhou, no mês de março, as duas sessões realizadas pelo Órgão Especial do TJMG, quando foram analisadas matérias administrativas e processos de interesse de magistrados mineiros, como mandados de segurança, agravos internos, ações rescisórias, autorização de vitaliciamento de juiz, embargos de declaração, entre outros.

Na sessão do dia 12, foi distribuído o primeiro processo genuinamente eletrônico do Tribunal de Justiça. Além disso, foi autorizado um pedido de permuta entre os juízes José Clemente Piedade de Almeida e Rodrigo Mendes Pinto Ribeiro, ambos da Comarca de Juiz de Fora.

Já na sessão do dia 26, o colegiado realizou provimentos, como a remoção da juíza Maria Lúcia Cabral Caruso, da 7ª Vara Cível de Juiz de Fora, para a 4ª Vara de Família da mesma comarca. Em seu lugar, foi removido o juiz Evaldo Elias Penna Gavazza, da 8ª Vara Cível de Juiz de Fora. O juiz Sérgio Murilo Paccelli, do Juizado Especial de Juiz de Fora, foi removido para a 8ª Vara Cível da mesma comarca, e a juíza Lilliane Bastos Dutra, do Juizado Especial de Cataguases, foi promovida para o Juizado Especial de Juiz de Fora.

Ainda durante a mesma sessão, os desembargadores autorizaram a instalação nas Comarcas de Nova Serrana, Santa Luzia e Conceição das Alagoas, respectivamente, da Vara da Família, Sucessões e Juizado Especial Cível e Criminal; 4ª Vara Cível; e 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais. Também foi deferido pedido do juiz Gustavo Câmara Corte Real para realizar curso de mestrado, e aprovada a criação de seis cargos de oficiais de apoio judicial, nos postos dos Juizados Especiais de Confins.

HOMENAGEM E DESPEDIDA

No dia 12 de março, o Órgão Especial homenageou o centenário de nascimento do ex-presidente do TJMG e desembargador Hélio Costa. Já no dia 26, o desembargador André Leite Praça participou de sua última sessão como membro do colegiado. ●

DESAGRAVO

Amagis defende independência do Judiciário em ato em Lavras

A Comarca de Lavras, no Sul de Minas, foi palco, no dia 2 de abril, de ato de desagravo a juiz e em defesa da independência do Judiciário, realizado pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro. Durante o evento, que contou com a participação de várias entidades jurídicas e do mundo oficial e da própria sociedade lavrense, foram repudiados os ataques sofridos pelo juiz Rodrigo Melo Oliveira e reafirmada a defesa da independência de julgar e da cidadania. Para um público que lotou o salão do Tribunal do Júri, do fórum de Lavras, Herbert Carneiro reafirmou o apoio da Associação não só às prerrogativas do juiz - uma vez que sem a independência do Poder Judiciário não existe o estado democrático de direito - mas também à pessoa do juiz, um homem honrado.

O presidente da Amagis esclareceu ainda que o juiz não dá posse, como foi veiculado de forma equivocada por órgãos de imprensa, mas sim diploma. "E ele não vai buscar 'fora' as representações que precisa julgar. Elas chegam até ele, que tem a competência, honradez e lisura para julgá-las de forma imparcial e dentro da lei, como o fez", ressaltou. Herbert Carneiro voltou a afirmar que as decisões judiciais estão sujeitas a recursos e que existem formas legais de discordar da decisão, que não atacando a pessoa do juiz.

O juiz Rodrigo Melo agradeceu a presença do presidente da Amagis que, de acordo com ele, além de esclarecer a comunidade sobre a realidade dos fatos, mostra que o juiz não está sozinho. O ato teve o apoio público da subseção da OAB de Lavras, da Defensoria Pública, do Ministério Público, dos juízes de Lavras e região e de toda a comunidade que participou desagravo.

O juiz Rodrigo Melo foi alvo de insinuações caluniosas veiculadas por setores da imprensa da região a respeito de sua atuação correta, séria e legal. Em nota divulgada no dia 17 de março, a Amagis destacou que, "assim como a independência de julgar, a liberdade de imprensa também está garantida na Carta Magna, desde que pautada na responsabilidade e concedendo o amplo direito de defesa, como determina a Constituição". ●

Georgia Baçvaroff

Servidores, operadores de Direito e comunidade prestam apoio ao juiz

Juízes da comarca ao lado do presidente da Amagis no Salão do Júri

TSE

Novas resoluções disciplinam campanha eleitoral

Com o objetivo de disciplinar as regras para as eleições de outubro deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou três resoluções relativas às Eleições Gerais 2014, que alteram algumas normas de propaganda eleitoral, registro de candidaturas e arrecadação para as campanhas eleitorais. As medidas foram apresentadas pelo ministro Dias Toffoli.

O QUE MUDA

A resolução sobre registro de candidatos estabelece as seguintes inovações: fixa prazo mínimo de 20 dias antes do pleito para substituição de candidatos em caso de renúncia ou inelegibilidade (antes da decisão, o prazo era de 24 horas antes do pleito) e proíbe o candidato de associar seu nome na propaganda eleitoral a órgão da administração direta ou indireta da União, estados e municípios.

Uma das principais novidades da resolução sobre a propaganda eleitoral foi a proibição da propaganda de candidatos por meio de telemarketing. Outra novidade é a obrigatoriedade do uso da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou legenda nos debates e na propaganda eleitoral gratuita na televisão.

A maior inovação trata da arrecadação e gastos de campanha. A partir de agora, o candidato só pode financiar sua campanha com recursos próprios até o limite de 50% de seu patrimônio, com base na declaração do imposto de renda do ano anterior ao pleito. Nas eleições passadas não havia esse limite.

Nelson Júnior / TSE

Ministros do TSE durante sessão

PROTESTOS

O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, ressaltou, no último dia 25 de março, que a urna eletrônica é o local dos protestos por excelência. Segundo ele, é muito importante que o eleitor esteja efetivamente preocupado com o Brasil e perceba que ele (eleitor) não é vítima dos maus políticos de hoje, pois é o próprio eleitor quem os escolhe. O ministro deu as declarações durante gravação do programa Eleições 2014 – uma conversa com o presidente do TSE. ●

**Com informações do TSE*

ELEIÇÕES 2014

Minas incentiva adolescentes de 16 e 17 anos a participarem da votação

No dia 18 de março, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais lançou o projeto 'Se Liga 16', com o objetivo de incentivar os adolescentes de 16 e 17 anos a tirarem o título de eleitor e participarem das eleições no Estado. Segundo dados do Tribunal, até fevereiro de 2014, apenas 1,03% do eleitorado mineiro era de adolescentes com idades entre 16 e 17 anos, faixa etária em que o alistamento eleitoral ainda é facultativo. Em 2012, último ano eleitoral, esse número chegou a 1,64% do cadastro eleitoral no Estado, que tem mais de 15 milhões de eleitores.

Para estimular os adolescentes, o Tribunal vai até as escolas e comunidades com o TRE-Aqui, que é um ônibus adquirido e adaptado pelo TRE, que leva toda a estrutura dos cartórios eleitorais para as ruas, facilitando o processo de cadastramento dos estudantes e atendendo também aos demais eleitores que desejam usar os serviços no ônibus. Até o inicio do mês de maio, quando acaba o prazo para tirar, transferir ou regularizar o título de eleitor, o TRE-Aqui e o 'Se Liga 16' vão continuar o projeto itinerante na capital mineira.

Em entrevista à Amagis, no mês passado, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Wander Marotta, falou sobre os desafios da Justiça Eleitoral, para a realização das eleições deste ano. O magistrado destacou os avanços da Justiça neste sentido, como a implantação do sistema de biometria, e reforçou como fundamental a participação da sociedade nas discussões, junto ao Parlamento brasileiro, no debate sobre questões do financiamento público e privado das candidaturas. ●

HOMENAGEM

Amagis agracia na despedida o governador Anastasia

Tiago Parrela

Magistrados mineiros foram recebidos pelo governador Antonio Anastasia

Completando exatos quatro anos à frente do Estado de Minas Gerais, o governador Antonio Anastasia deixou o cargo no dia 4 de abril, quando assumiu o vice-governador Alberto Pinto Coelho. No dia 28 de março, a Amagis foi até a Cidade Administrativa onde realizou uma homenagem ao governador Anastasia para agradecê-lo pelo empenho no fortalecimento do Judiciário mineiro e da cidadania do Estado.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, entregou uma placa ao governador com a seguinte mensagem:

Ao ilustre Governador Antonio Anastasia,

Com esse gesto de justo reconhecimento, a Magistratura mineira registra profundo agradecimento a Vossa Excelência, senhor Governador, pelo trabalho histórico dedicado ao fortalecimento do Judiciário mineiro.

Colhemos a oportunidade para manifestarmos nossa esperança em vê-lo, cada vez mais, participativo nas atividades públicas e políticas de nosso país – mercê de suas destacadas seriedade e competência, para o bem de Minas e do Brasil.

Abraço fraterno da Magistratura mineira.

Belo Horizonte, 28 de março de 2014.

Além do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, participaram do encontro os desembargadores Doorgal Borges de Andrada, Nelson Missias de Morais, Reynaldo Ximenes e Geraldo Domingos Coelho, e os juízes Alberto Diniz, Rosimere Couto, José Aluísio Neves da Silva, José Martinho Nunes Coelho e Aldina de Carvalho Soares. ●

APOIO TÉCNICO

Amagis solicita suporte sobre mineração para juízes

Segundos dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Minas Gerais, responde atualmente por mais de 50% da produção nacional de minerais metálicos. São extraídos do solo do Estado, anualmente, 160 milhões de toneladas de minério de ferro. Esses números são alguns dos que fazem de Minas Gerais o estado brasileiro mais importante quando o assunto é mineração.

Essa pujança econômica acaba influindo no trabalho dos magistrados, que, cada vez mais, têm que julgar processos envolvendo o Direito Minerário. Para auxiliá-los, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, solicitou ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, em ofício enviado no dia 26 de março, suporte técnico necessário aos juízes sobre o tema por se tratar de matéria específica e com demanda crescente.

Herbert Carneiro solicita a viabilização, junto ao Governo de Minas, da disponibilização de profissionais como geólogos e engenheiros ambientais para auxiliar os juízes.

Fiemg / Divulgação

Minas Gerais é o principal Estado minerador do país

"Decisões judiciais sobre a matéria têm ocorrido com frequência e algumas dezenas de magistrados vêm enfrentando dificuldades técnicas, em razão da carência de peritos para auxiliá-los, com a presteza necessária", argumentou o presidente da Amagis. ●

TJMMG

Tribunal Militar empossa nova diretoria

Tiago Parrela

Magistrados prestigiam posse no TJMMG

Em solenidade realizada dia 11 de março, no Clube dos Oficiais, em Belo Horizonte, tomou posse a nova diretoria do TJMMG, eleita para o biênio 2014/2016. Os juízes Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos, Fernando Galvão da Rocha, Fernando Armando Ribeiro e Marcelo Adriano Menacho dos Anjos assumiram, respectivamente, os cargos de presidente, vice-presidente, corregedor e diretor do Foro Militar. O juiz Maurício Soares representou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e o desembargador Nelson Missias de Morais, vice-presidente Legislativo da AMB, representou a Associação dos Magistrados Brasileiros na cerimônia. O segundo vice-presidente do TJ, Baía Borges, e o diretor-presidente da ENM, juiz Marcelo Piragibe, também prestigiaram o evento. ●

ECONOMIA

Convênios oferecem descontos aos associados

A Amagis mantém convênios com centenas de empresas, que oferecem condições especiais aos associados na aquisição de produtos e serviços. São dezenas de segmentos disponíveis, como cinemas, hotéis, academias de ginástica, concessionárias de automóveis, ópticas, entre outros.

Acesse a área de convênios no site amagis.com.br e economize tempo e dinheiro.

Veja alguns dos mais recentes convênios firmados pela Amagis:

Coaching
Mover Coaching
Rua Albita, 194, sala 506, BH
Tel.: (31) 3286-7662

Academia de ginástica
Life Studio - Treinamento Personalizado
Avenida Bandeirantes, 809, BH
Tel.: (31) 3347-9488

Cursos
Praetorium
Av. Assis Chateaubriand, 125, BH
Tel.: (31) 2514-7518

Turismo
CWX Empreend. de Turismo
Rua Guaicuí, 660 - Loja 01B
Luxemburgo, BH
Tel.: (31) 3347-8800

Aparelhos auditivos
Audiviva
Rua Ceará, 661, sala 405 - Santa Efigênia, BH - Tel.: (31) 3241-1004

FAZENDA PACU
RESIDENCE

LANÇAMENTO

VOCÊ VAI SE APAIXONAR À PRIMEIRA INSTÂNCIA.

Venha viver o incomparável lado bom da vida no Fazenda Pacu Residence.

- NATUREZA EXUBERANTE
- SALÃO DE JOGOS
- PISTA DE CAMINHADA
- QUADRA DE TÊNIS
- SAUNA
- PESCA E ESPORTES NÁUTICOS
- FITNESS
- ESPAÇO HÍPICO

100 PARCELAS

FINANCIAMENTO PRÓPRIO

LOTES A PARTIR DE 1.000 M²

Ligue já: 3263-6300

www.euamopescar.com.br

VENDAS:

MORADA Imóveis

EMPREENDIMENTO:

GRUPO MORADA

SETE LAGOAS | LAGOA SANTA | BELO HORIZONTE

*Consulte o nosso corretor sobre as taxas de correção. Todas as imagens e fotos apresentadas são meramente ilustrativas. Os objetos de decoração, mobiliário, máquinas, equipamentos, plantas, revestimentos, acabamentos internos e elementos decorativos em geral são sugestões e meramente ilustrativos. Projeto sujeito a alteração sem prévio aviso. Empreendimento devidamente registrado junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Sete Lagoas sob o R04 da Matrícula 35.603, em estrita conformidade com a Lei 6.766/79. Vendas: Morada Imóveis - Rua Rio Grande do Norte, 1.209 - Savassi - Belo Horizonte/MG (31) 3263-6300. CRECI 4603

JBIS

FUTEBOL

Equipes confirmam participação no Campeonato da AMB

Ascom / AMB

Partida válida pelo campeonato de 2012, em Minas

Os times dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo estão confirmados para o Campeonato de Futebol Região Sudeste da AMB, sediado pela Amagis, que será realizado na cidade de Uberlândia, no Triângulo mineiro, entre os dias 24,25 e 26 de abril.

Todas as três categorias: Livre, Master e Sênior participarão dos jogos que serão realizados no Parque do Sabiá (Estádio João Havelange). Os jogos começam no dia 24, depois do congresso técnico, com a realização das primeiras partidas a partir das 18h. Os jogos continuam no dia 25, e no dia, 26 ocorrem as finais. As equipes que tiverem o melhor resultado serão classificadas para jogar o campeonato nacional.

UBERLÂNDIA

A cidade de Uberlândia é conhecida com a capital do Triângulo mineiro e tem o perfil de uma cidade de negócios. Com uma estimativa de 619 mil habitantes, está localizada em um complexo que engloba centro de convenções, hotéis e shopping center. Uma das atrações da cidade é visitar o Parque do Sabiá, que possui atrativos zoológicos, setor de piscicultura, aquário e pista para caminhadas. Vale também a visita ao Mercado Central e ao Museu Municipal de Uberlândia que tem um acervo de 1.500 peças. ●

**Com informações do Guia 4 Rodas e Prefeitura de Uberlândia*

TURISMO

Conheça um pouco de mais quatro cidades-sede da Copa

Com 12 cidades-sede para os jogos da Copa do Mundo no Brasil, a possibilidade de viajar e assistir aos jogos é uma boa oportunidade para fazer um passeio e conhecer um pouco mais dos pontos turísticos dessas cidades. Conheça abaixo algumas atrações de mais quatro cidades que serão sedes dos jogos da Copa.

CUIABÁ

A capital do Mato Grosso é um dos grandes pólos do agronegócio no país e possui ainda bons hotéis. No centro da cidade, você pode encontrar boas atrações turísticas, como a Igreja de Nossa Senhora do Despacho e o melhor restaurante do Centro-Oeste, "Mahalo", com um cardápio em base francesa, mas com pratos que incluem ingredientes tipicamente nacionais. Mas o destaque fica nos arredores da capital. A apenas 70 quilômetros, encontra-se o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com cachoeiras, paredões e a maior gruta de arenito do Brasil.

CURITIBA

A cidade de Curitiba possui um centro cheio de construções históricas, belos jardins, ruas limpas e organizadas, mas o charme da capital paranaense é seu clima quase europeu. A cidade abriga ainda um jardim botânico que tem uma estufa de vidro inspirada nos antigos salões de cristal ingleses; o teatro Ópera de Arame, com uma estrutura de metal tubular erguida sobre um lago; e o museu Oscar Niemeyer, com obras contemporâneas e mostras temporárias.

NATAL

A capital potiguar é conhecida por suas belas praias. Para começar o passeio pela cidade, o primeiro destino deve ser percorrer a Via Costeira, que liga Ponta Negra, o bairro turístico, ao centro. O caminho é margeado por um belo mar em tons ora verde, ora azul, e pelo Parque das Dunas, com grandes bancos de areia, onde podem ser feitos passeios de bugue até Genipabu, a 24 quilômetros de Natal. O famoso cajueiro de Pirangi (a maior árvore frutífera do mundo, segundo o Guinness Book) fica a 28 quilômetros da capital, na cidade de Pirangi do Norte e ocupa uma área de 8.500 metros quadrados.

BELO HORIZONTE

A capital mineira tem bons restaurantes como o Xapuri, Emporium e Dona Lucinha, onde você encontra um ótimo cardápio da culinária mineira, e os de cozinha internacional, como os estrelados Vecchio Sogno, Taste-Vin e Hermengarda. Além disso, você pode encontrar roteiros arquitetônicos e de artes, além dos famosos botecos. Em Belo Horizonte, todas as partidas da Copa serão exibidas em um telão na Praça da Estação; outra opção para assistir aos jogos são os botecos da Praça da Liberdade, na região da Savassi. ●

NO AR

Destaques dos programas de TV da Amagis em março

PENSAMENTO JURÍDICO

DESAFIOS NAS ELEIÇÕES 2014

Pela primeira vez, será aplicada a Lei da Ficha Limpa nas eleições gerais para presidente, governadores e deputados. De acordo com a mudança, quem pode ser candidato? Quais são os maiores desafios para o próximo pleito? Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Wander Marotta, presidente do TRE-MG.

AUXÍLIO-RECLUSÃO

A Câmara dos Deputados analisa o projeto que acaba com o auxílio-reclusão e cria outro para amparar vítimas de crimes e suas famílias. Quais são os objetivos do benefício aos dependentes de presos? Direito ou regalia? O juiz Evandro Cangussu Melo, da Vara de Execuções Criminais de Sete Lagoas, foi o nosso convidado para debater o assunto.

SAÚDE E BEM-ESTAR NA CARREIRA JURÍDICA

Em 2013, o 64º Encontro Nacional de Corregedores da Justiça (ENCOGE) foi marcado pelo debate em torno das condições de segurança e da saúde do magistrado brasileiro. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz José Eustáquio Lucas Pereira, da 2ª Vara de Família de Belo Horizonte e diretor das Colônias de Férias da Amagis. Como é a qualidade de vida dos magistrados? A alta carga processual pode interferir no bem-estar pessoal e profissional dos juízes?

AÇÕES DO JUDICIÁRIO NA COPA 2014

Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola Nacional da Magistratura realiza, no mês de abril, o curso "Ações do Poder Judiciário Durante a Copa FIFA 2014". Como deverá ser a atuação do Judiciário em aeroportos e estádios? Qual é o papel da ENM na formação e preparação dos juízes? Para falar sobre o assunto, recebemos no estúdio o juiz Marcelo Piragibe, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM). ●

ASSISTA

TV Justiça	TV Comunitária
Sábado, às 18h30	Sábado, às 22h

VIA JUSTIÇA

PRECONCEITO

Apesar das inúmeras campanhas de conscientização, o preconceito permanece resistente e se mostra de muitas formas. Para falar sobre o assunto, recebemos no estúdio a juíza Fabiana da Cunha Pasqua, diretora da Secretaria de Gênero da AMB e titular da 7ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o professor de Direito Constitucional da UFMG e PUC/MG José Luiz Quadros de Magalhães. Como explicar e vencer os preconceitos? As respostas, no Via Justiça.

MANIFESTAÇÕES E VIOLÊNCIA

Nos últimos meses, o Brasil acompanhou a eclosão de diversos protestos em diferentes cidades. A manifestação pública é um direito constitucional. Até que ponto o Estado Democrático de Direito corre riscos com o crescimento da violência nos protestos de rua? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Bruno Terra Dias, da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte, e o sociólogo Luís Flávio Sapori.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais de todas as regiões do país, o PJe já é realidade em alguns estados brasileiros. Para debater o assunto, convidamos o desembargador Fernando Brant, superintendente de Tecnologia da Informação do TJMG, e o defensor público Pedro Nélio Bernardo Góis. Qual o estágio de utilização do PJe em Minas Gerais? Quais são os benefícios dos processos eletrônicos para a Justiça e a sociedade?

DIA INTERNACIONAL DO CONSUMIDOR

O Direito do Consumidor foi o principal destaque do programa. Repercutimos o Plano de Consumo e Cidadania lançado em 2013 e, além disso, falamos também sobre o Dia Internacional do Consumidor comemorado no dia 15 de março. Quais foram as principais conquistas dos consumidores brasileiros? O que dizer do Código de Defesa do Consumidor, 24 anos depois de sua criação? ●

ASSISTA

TV Assembleia	TV Justiça	TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h	Sábado, às 15h30	Sexta-Feira, às 23h30

PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO

Seminário discute violência contra a mulher

A sede da Amagis foi palco, no dia 31 de março, do Seminário que discutiu o Papel do Judiciário no Combate à Violência contra Mulher. O encontro reuniu profissionais como magistradas, delegada de Polícia e deputada estadual, que apresentaram suas visões e experiências profissionais nas instituições nas quais atuam.

Na abertura do seminário, que marcou o encerramento das homenagens da Amagis ao Dia Internacional da Mulher, o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro falou da importância em debater o tema com a participação de toda sociedade civil. Apresentaram depoimentos com suas experiências, as desembargadoras Heloísa Combat e Márcia Milanez e as juízas Valéria Rodrigues, Andréa Camargos de Faria e Marixa Rodrigues e a deputada estadual Luzia Ferreira e a delegada Margaret Rocha, que é chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

Para a diretora de Comunicação da Amagis, juíza Aldina Soares, discutir o papel do Judiciário e da sociedade no combate à violência de gêneros em busca de um mundo mais pacífico, justo e generoso, é o objetivo do evento que foi realizado pela Amagis, com o apoio da Escola Superior Dom Helder Câmara e do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Georgia Baçvaroff

Seminário foi realizado no auditório da Amagis

Georgia Baçvaroff

Encontro realizado na Sala da Amagis, no Fórum Lafayette

Durante o seminário, a Amagis lançou a Campanha Estadual Pró-Equidade de Gênero, que visa conscientizar juízes das comarcas do interior do Estado sobre a importância do Poder Judiciário na prevenção a crimes que envolvam subjugação feminina.

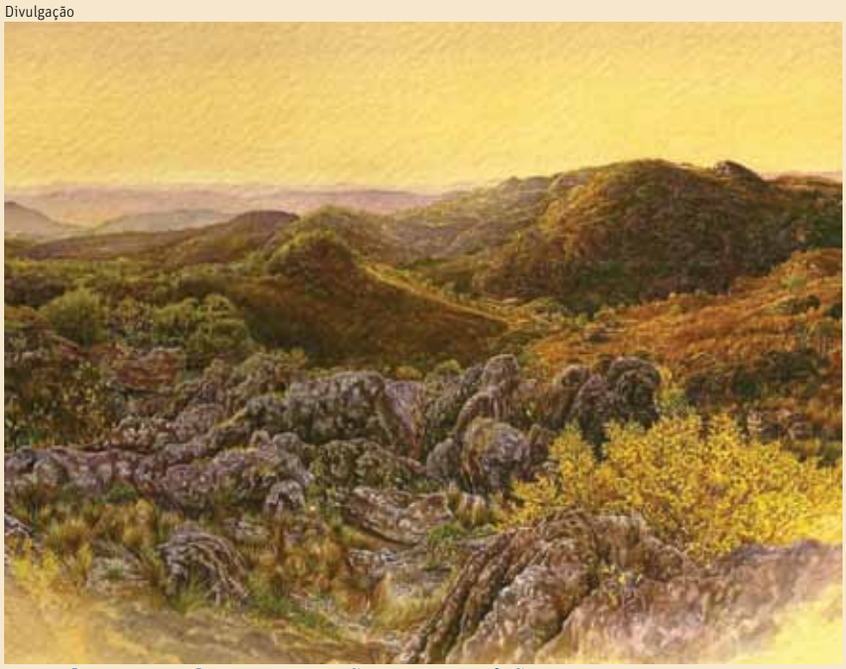
DIA INTERNACIONAL

No dia 8 de março, o presidente Herbert Carneiro transmitiu a presidência da Amagis para a vice-presidente Administrativo, juíza Luzia Peixoto. De acordo com ele, a presença feminina na magistratura, vencendo os históricos obstáculos, representa também a democratização do Judiciário, que, a cada dia, se consolida de maneira irreversível. Ainda como parte das comemorações, a diretoria da Amagis realizou encontro entre as juízas na sala da Associação no Fórum Lafayette, no dia 10 de março. ●

EXPOSIÇÃO

Mário Zavagli abre exposição em Ouro Preto

Divulgação



Uma das aquarelas que estarão na exposição

A cidade histórica de Ouro Preto receberá a mostra de gravuras do artista plástico e professor da Escola de Belas Artes da UFMG Mário Zavagli. Do dia 30 de março a 4 de maio, o público terá a oportunidade de apreciar as aquarelas do pintor natural de Guaxupé, no Sul de Minas, cujo trabalho embelezou a capa da oitava edição de MagisCultura, a revista de arte dos magistrados mineiros, editada pela Amagis. ●

MOSTRA DE GRAVURAS DE MÁRIO ZAVAGLI

Visitação: 30 de março a 4 de maio de 2014
Segunda a Domingo, de 9h às 19h

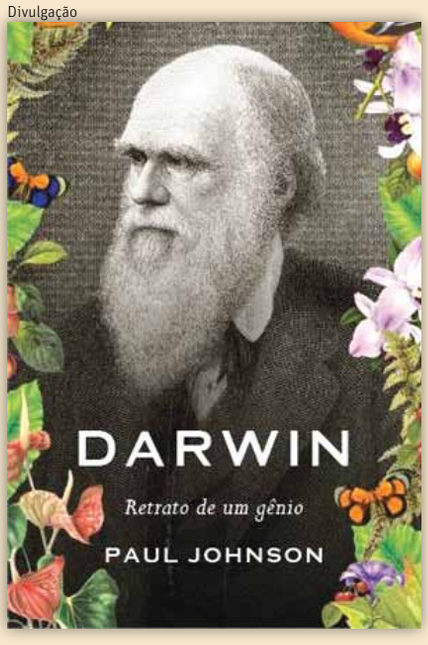
Galeria Fiemg
(Praça Tiradentes, 4, Centro, Ouro Preto, MG)

Informações: (31) 3551-3637

LANÇAMENTO DE LIVROS

Darwin

Divulgação

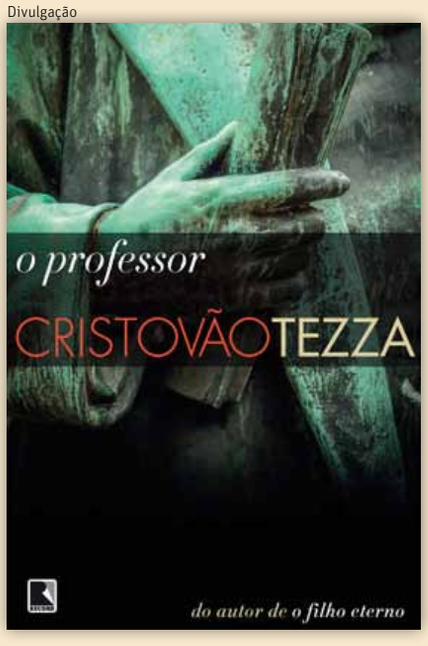


A vida e a carreira de Charles Darwin é o principal objeto de estudo para o historiador Paul Johnson neste livro. Johnson investiga a vida do cientista e seus trabalhos brilhantes. O livro aborda desde o nascimento de Charles Darwin até a publicação de sua principal obra, 'A origem das espécies', passando por várias etapas da vida desse gênio. O último capítulo trata do polêmico uso das teorias darwinianas por regimes totalitários, como o nazista, que incorporaram algumas de suas ideias para justificar, com uma base pretensamente científica, todo horror perpetrado contra a humanidade. ●

Autor: Paul Johnson
Editora: Nova Fronteira

O Professor

Divulgação



O professor Heliseu será homenageado pela universidade à qual dedicou a maior parte de sua vida. Enquanto prepara o discurso de agradecimento é tomado por uma sucessão incontrolável de memórias e revisita momentos nem sempre felizes de sua vida: a convivência com o pai rígido; a morte da mãe; o tempo no seminário; o casamento com Mônica; o relacionamento conturbado com o filho; a paixão pela misteriosa Therèze. Cristivão Tezza realiza a proeza de aliar pleno domínio dos recursos narrativos a um instigante enredo que não deixa pontas soltas, intrigando o leitor até o final. ●

Autor: Cristivão Tezza
Editora: Record

Não escreva apenas nos autos.

Os magistrados mineiros agora também têm a sua revista de cultura e arte.

Só está faltando o seu texto.

Escreva também na sua revista.

O artigo, ensaio, conto, poesia ou resenha de livro deve ter, no máximo, 10 mil caracteres.

MagisCultura Mineira

AMAGIS Associação dos Magistrados Mineiros

55 anos de história

Envie o texto para:
magiscultura@amagis.com.br

communicatio.com.br

Arquivo Pessoal

ENTREVISTA >>
JUIZ NARCISO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO

Movido a desafios. É assim que se define o juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, da Comarca de Poços de Caldas, no Sul de Minas, que, após dez anos atuando como dentista, decidiu ingressar no curso de Direito para poder aplicar o conhecimento na área em seu dia a dia. Entretanto, o magistrado não imaginava que iria se apaixonar pelas leis e deixar a odontologia para ingressar na magistratura em 1996.
Esse não foi o único recomeço de Narciso Monteiro. Traçando o caminho inverso de parte da magistratura, depois de passar pelas Comarcas de Passa Tempo, Porteirinha, Ituiutaba, Montes Claros, Juiz de Fora e Belo Horizonte, ele decidiu transferir-se para Poços de Caldas (Sul), contando com o apoio da família, o que, segundo ele, deixa os desafios menos difíceis.

Por que o senhor decidiu cursar direito depois de dez anos trabalhando como dentista?
Resolvi conhecer o Direito para utilizá-lo na minha vida particular, fazer negócios, compra, venda e alugueres. Mas, depois, fui me apaixonando pela área e, incentivado, principalmente, pelos professores, decidi prestar concurso para a magistratura. Aprovado logo na primeira tentativa (1996/97), tive que abandonar a odontologia, profissão à qual devo muito e nunca me arrependi de ter exercido. Antes de ingressar na magistratura mineira, fui, por duas vezes, eleito diretor do Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais, aprovado no concurso para advogado do DER e para o cargo de oficial de justiça avaliador perante o Tribunal Federal da 3ª Região, no ano de 1997.

O que motivou o senhor a ingressar na magistratura?
Sou um pouco movido a desafios. Nesse caso, foi o desafio intelectual, pois sempre gostei de ler e estudar. Ainda criança, li tudo que havia para ler na minha casa, livros de história, enciclopédias, literatura e parti para as bibliotecas das escolas por onde estudei e, depois, para a biblioteca pública de Belo Horizonte (Biblioteca Professor Luiz de Bessa). Queria saber se seria capaz, ainda mais competindo com pessoas mais jovens que eu, que já estava mais maduro, naquele período com trinta e poucos anos.

Como foi deixar dez anos de odontologia para começar numa nova profissão?
Foi uma experiência excepcional. Novos mundos e desafios. Estava no momento certo para isso, um pouco mais amadurecido e vivido. Não tive medo e tive apoio de todos. No início, procurava aprender com tudo e com todos e não me deixar "deslumbrar". Os sete meses de Escola Judicial foram essenciais para me situar bem e poder vencer os próximos desafios que viriam e realmente vieram.

Depois de passar por várias comarcas e ser transferido para Belo Horizonte, por que o senhor decidiu retornar para o interior do Estado?
Belo Horizonte seria o meu destino final, ainda mais que sou natural da capital mineira. Entretanto, após mais de dez anos no interior, tive dificuldade em voltar a me adaptar com o trânsito caótico e a violência cada dia mais presente. Então, depois de quase seis anos lecionando e concluído um mestrado em Direito, resolvi aproveitar uma oportunidade que apareceu para voltar ao interior do Estado. Devo agradecer às diretorias da Amagis que fizeram a chamada "interiorização da entrância especial", que permitiu meu regresso. Hoje, somente penso em voltar a BH, no caso de uma promoção ao TJMG por antiguidade, o que deve levar ainda um bom tempo, e vou pensar um pouco, além de ouvir a minha família.

Como foi para o senhor encarar mais esse recomeço?
Foi uma alegria e também um choque, pois as condições das comarcas do interior estão bem precárias, ainda mais para quem trabalhava no Fórum Lafayette, com amplos gabinetes e com banheiro privativo. Já estou em uma fase em que um certo conforto faz falta, sendo questão até de saúde. Outro choque foi por causa de processos polêmicos e difíceis que venho enfrentando, mas toda a minha "bagagem" anterior vem fazendo com que tenha êxito nas empreitadas mais difíceis, podendo manter a serenidade intacta nos momentos em que sou mais exigido. Além disso, o apoio de minha esposa, seu carinho e dos filhos, faz com que tudo seja mais fácil. Mas como disse, sou movido um pouco pelos desafios e não gostaria mesmo de nenhuma "moleza". ●

> **"Aprovado logo na primeira tentativa (1996/97), tive que abandonar a odontologia"**
>
> **Estava no momento certo para isso (mudar de profissão), um pouco mais amadurecido e vivido**
>
> **O apoio de minha esposa, seu carinho e dos filhos, faz com que tudo seja mais fácil"**

IMPOSTO DE RENDA

Prazo para declaração acaba no fim deste mês

Quem ainda não entregou sua declaração de imposto de renda é bom se apressar. O prazo se encerra dia 30 de abril e quem não enviar a declaração fica sujeito a uma multa mínima R$165,74. O programa está disponível para download no site da Receita (www.receita.fazenda.gov.br). O Fisco espera receber este ano 27 milhões.

Neste ano, os contribuintes podem entregar a declaração por meio de tablets e smarphones desde o início do prazo legal. No entanto, a utilização destes equipamentos não será possível em alguns casos, como, por exemplo, para quem tenha recebido rendimentos do exterior, com exigibilidade suspensa, com valores acima de R$ 10 milhões, ou que tenha registrado ganhos de capital na alienação de bens e direitos, entre outros. A entrega via disquete nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal não será mais permitida. A entrega do documento via formulário foi extinta em 2010.

De acordo com a Receita Federal, quem tiver direito a restituições, começa a receber em junho. E caso o contribuinte tenha imposto a pagar em sua declaração do IR, a Receita informou que a quitação poderá ser feita em até oito cotas mensais, mas nenhuma delas pode ser inferior a R$50,00, e a primeira cota ou a única devem ser pagas até 30 de abril.

Divulgação

Estão obrigadas a apresentar a declaração as pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis superiores a R$ 25.661,70 em 2013 (ano-base para a declaração do IR deste ano). O valor foi corrigido em 4,5% em relação ao ano anterior, conforme já havia sido acordado pela presidente Dilma Rousseff. ●

**Com informações do site G1 e da Receita Federal*

LANÇAMENTO DE LIVROS

Teoria da Aparência é tema de livro

Divulgação

O juiz Mateus Bicalho de Melo Chavinho, da 5ª Vara Cível de Contagem, lançou o livro 'A Teoria da Aparência e seus Reflexos no Direito Brasileiro', publicado pela Editora D´Plácido. A confiança e a aparência são valores contidos em diversas normas jurídicas pátrias, seja de forma positivada ou por meio dos princípios jurídicos abalizados pelo direito.

A obra busca resgatar os valores históricos da teoria da aparência, além de fundamentar a legitimidade do instituto como princípio, ao lado da própria boa-fé e confiança nas relações jurídicas, que encontram inspiração na dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito. ●

Juiz lança livro sobre alimentos gravídicos

Divulgação

Oferecer uma visão atualizada do direito especial da personalidade, notadamente do direito à vida desde a concepção, em estudo comparado entre as legislações brasileira e portuguesa, de forma a assegurar que aquele novo ser humano tenha condições de nascer vivo e com saúde. Este é o objetivo do livro "Alimentos gravídicos à luz das legislações brasileira e portuguesa", do juiz Agnaldo Rodrigues Pereira. Em suas 132 páginas, a obra discute quando se dá, juridicamente, o início da vida e, além da concepção jurídica, a discussão envolve ainda candentes posicionamentos de caráter filosófico e religioso. O livro é editado pela Chiado Editora. ●

PATRIMÔNIO

Preservação deve ser permanente

Arquivo / Amagis

Colônia de Férias em Caxambu

A Associação dos Magistrados Mineiros possui um amplo patrimônio, construído ao longo dos anos, que pertence e é de uso de todos os seus associados. A diretoria da Amagis trabalha, permanentemente, no intuito de preservar e ampliar esse patrimônio, sempre atenta às suas necessidades e demandas. Mas, além do trabalho da Associação, a parceria com todos os magistrados e familiares é de fundamental importância pela manutenção e preservação de todo o patrimônio.

Uma das medidas que os associados podem e devem fazer pela preservação, além de seguir as regras de bom uso, é o cuidado com o estabelecimento, utensílios, móveis e objetos. Também é importante que cada associado, ao perceber que algo está danificado, comunicar ao zelador responsável ou enviar mensagem para o Departamento de Administração, Compras e Patrimônio (Deacap) da Amagis, pelo endereço: cacia@amagis.com.br ou ligar para (31)3079-3459 . Se possível, é importante ainda registrar eventuais danos em fotos. ●

PÓS-LITTERATURA

(Desembargador Luiz Carlos Biasutti)

NO TEMPO EM QUE SE ESTUDAVAM O GREGO E O LATIM CLÁSSICOS

Dias atrás recebi um livrinho interessante, onde o Desembargador Roney Oliveira relembrou seu belo discurso pronunciado em Presidente Soares (hoje Alto Jequitibá) durante uma festividade no Colégio daquela pequena cidade, que ficou famosa pelo internato fundado pelo Reverendo Cícero Siqueira. Incrível a dinâmica do ensino nos velhos tempos, onde os internatos primavam pela grande procura e ainda havia uma grande cultura clássica.

Eram tempos heróicos como lembra o Dr. Roney. Basta lembrar os grandes internatos do Estado de Minas Gerais: Caraça, Santo Antônio de São João Del-Rei, Pio XI de Manhumirim, Salesiano de Cachoeiro do Campo e tantos outros. Os pais com grande sacrifício tinham que colocar seus filhos nos colégios onde estudavam o curso ginasial e o científico ou clássico. O ensino era levado muito a sério. O lema do Colégio de Alto Jequitibá era: "NON SCHOLAE, SED VITAE DISCIMUS" (Não estudamos para a escola, mas para a vida).

Rapidamente o ensino foi mudando. A maioria dos internatos fecharam. A última geração de alunos que aprendeu latim no Brasil foi a da reforma do ensino do Ministro de Educação Gustavo Capanema. Muitos municípios tiveram seus ginásios da Companhia Nacional dos Educandários Gratuitos: CNEG... Até nos Seminários Religiosos o Latim e o Grego desapareceram. Hoje, por exemplo, no interior de Minas Gerais, nasceram as Universidades Federais de Ouro Preto, São João Del-Rei, Lavras, Viçosa, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a Universidade Estadual de Montes Claros. Tais universidades transformaram estas cidades. Só em São João Del-Rei, por exemplo, há mais de 8.000 alunos. Entretanto, as Universidades particulares nos grandes centros ainda são a maioria.

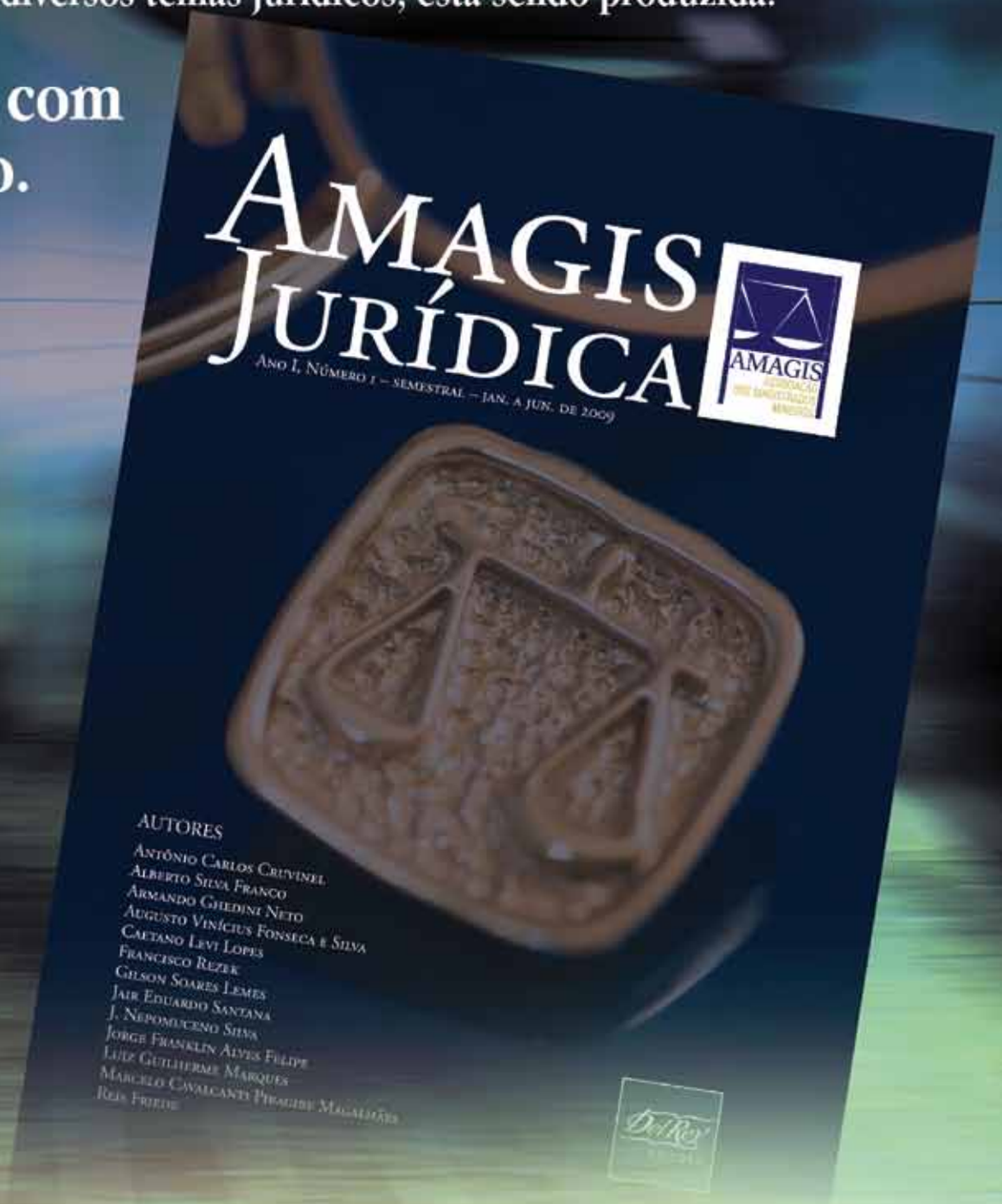
O professor e filósofo Luiz Filipe Pondé (no jornal Folha de São Paulo, 17/03/2014) reclama da presente situação, onde diz que: "o Brasil não tem uma cultura de liberdade. É um país autoritário à direita e à esquerda". Estamos na época da superficialidade, infelizmente. Para muitos a única meta é passar no gargalo do vestibular. O resto é o resto.

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembagador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br **ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!**

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com seu artigo.



Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

ASSISTÊNCIA

ANS concede nota máxima à Amagis Saúde

Reprodução

ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar

Informações Cadastrais

Registro ANS:	416690
Razão social:	ASSOCIACAO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA AMAGIS
Município:	BELO HORIZONTE
UF:	MG
Modalidade:	Autogestão

Pontuação e classificação da operadora

Dimensão	Nota
Assistencial	1,0000
Atuarial	1,0000
Estrutura e Operação	1,0000
Informação	1,0000
Reclamação	1,0000
Pontuação	1,0000
Bonificação PROMOPREV	0,0000
Pontuação Final	**1,0000**
Status	RISCO BAIXO

Pela quarta vez, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) concede nota máxima à Amagis Saúde ao avaliar os serviços prestados aos associados. Desta vez, o plano de saúde da magistratura mineira obteve essa classificação positiva da ANS na avaliação de risco assistencial, aplicada a todos as operadoras de saúde suplementar, o que representa "risco baixo".

O vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, comunicou que a ANS informou que o Amagis Saúde obteve uma pontuação de 1.0, como resultado de risco assistencial, o que configura um risco baixo. "Desta forma, a ANS atesta a normalidade administrativa e assistencial do plano e reconhece que, nos últimos anos, o Amagis Saúde vem sendo bem administrado sobre o aspecto econômico e financeiro", disse.

O Programa de Risco Assistencial da ANS tem por objetivo subsidiar a priorização das operadoras para a realização de Visita Técnica Assistencial e Direção Técnica. A avaliação é feita analisando vários quesitos, entre os quais os índices de reclamação de seus associados; o atuarial, com relação aos prazos médios de pagamentos; o assistencial, que avalia, dentre eles, o número de consultas realizadas e taxa de internação hospitalar; o quesito informação, uma avaliação com relação à regularidade de envio dos sistemas de informação; e o quesito estrutura e operação, pela garantia do atendimento.

No ano de 2008, em uma avaliação da ANS pela Qualificação da Saúde Suplementar, que tem como objetivo avaliar o desempenho dos planos privados de saúde, e aplicada a mais de 1.900 operadoras, o Amagis Saúde recebeu a melhor classificação da Agência elevando-o à categoria dos planos mais bem administrados do país.

Já no ano de 2012, o Amagis Saúde também recebeu a nota máxima da ANS depois de um monitoramento feito, durante o ano de 2010, nos planos privados de assistência à saúde, demonstrando, mais uma vez, a excelência do atendimento prestado pela Associação. Nesta avaliação, a Agência levou em consideração os indicadores de atenção à saúde, situação econômica, estrutura e operação e a satisfação do beneficiário.

Em 2013, em reconhecimento à nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) conferida pela Agência Suplementar Nacional de Saúde (ANS) ao Amagis Saúde em 2011, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premiou o plano de saúde da Amagis pela excelência do serviço prestado. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Alfenas	Oftalmologia	Specialitá Saúde	Rua Bias Fortes, 542 - Centro	(35) 3292-3639
Além Paraíba	Fisioterapia	Equilibrium Fisioterapia	Rua Doutor Tavares, 22 - Praça da Bandeira	(32) 3462-3680
Belo Horizonte	Psicologia	Fernando Augusto Alves de Lima Corradi	Rua Rio Grande do Sul, 928 - Santo Agostinho	(31) 3234-3624
	Oftalmologista	Eduardo Carlos Queiroz	Rua Guajajaras, 410 Sala 910 - Centro	(31) 3222-0801
	Ginecologia e Obstetricia	Ecogin	Rua Timbiras, 1936 Sala 703 - Lourdes	(31) 3224-3689
Congonhas	Ultrassonografia, Mamografia, Densitometria Óssea,	Ekosom Diagnose	Rua Padre Leonardo, 172 - Centro	(31) 3731-2533
Ipatinga	Fisioterapia	Ser Clínicas	Avenida Japão, 485 - Cariru	(31) 3825-5555

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG
Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS - Judiciário independente; magistrado valorizado.

SAÚDE

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

RECURSO

Amagis Saúde oferece transporte aeromédico

Os usuários do Amagis Saúde agora têm mais um recurso para o atendimento em situações de emergência. O Conselho Gestor de Saúde incluiu no estatuto do plano o recurso de transporte aeromédico inter-hospitalar (intermunicipal ou interestadual). Todos os usuários do Amagis Saúde terão direito ao benefício, que permite uma remoção rápida de um hospital a outro, desde que o caso do paciente se enquadre nas situações previstas.

O transporte será feito dentro da área de abrangência do plano, e o hospital de destino deve estar credenciado ao Amagis Saúde. A equipe do plano de saúde está sempre pronta para oferecer o mais completo e atencioso suporte aos usuários. ●

Shutterstock

VEJA A REGULAMENTAÇÃO COMPLETA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE AEROMÉDICO:

Art. 17 - Aos associados do PLANO, será garantido o transporte aeromédico, intermunicipal ou interestadual, inter-hospitalar (do hospital de origem para o hospital de destino credenciado da AMAGIS SAÚDE), dentro da área geográfica de abrangência do PLANO, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, nas seguintes situações:

I. Necessidade de recursos complementares:

a) Desde que os hospitais da cidade onde se encontra o Associado não detenham condições de ministrar o tratamento solicitado;

b) Sempre por solicitação e determinação exclusiva do médico responsável pelo associado;

c) Para o hospital mais próximo e que detenha as condições de prestar o tratamento solicitado às necessidades do associado;

d) Para leito em UTI/CTI;

e) Somente quando a distância entre o hospital em que se encontra o associado e aquele para qual a solicitação de remoção foi requerida seja, impreterivelmente, superior a 50km (cinquenta quilômetros) terrestres.

II. Repatriamento:

a) Após o tratamento inicial, quando o quadro clínico permitir;

b) Sob restrita indicação médica, havendo absoluta imposição técnica para o transporte em ambulância UTI;

c) Sendo a distância entre o hospital em que se encontra o associado e aquele para qual a solicitação de remoção foi requerida seja, impreterivelmente, superior a 50km (cinquenta quilômetros) terrestres;

d) Para leito em UTI/CTI.

§1º - O transporte aeromédico não será realizado caso não observado os requisitos previstos no caput deste artigo e, ainda:

I. Caso o associado apresente estado de coma irreversível, haja vista a impossibilidade de cura;

II. Caso o associado apresente quadro sem possibilidades terapêuticas – fase terminal, haja vista a impossibilidade de cura;

III. Caso o associado apresente qualquer sintoma ou indício de embriaguez, tendo em vista a exposição potencial dos tripulantes e equipe médica ao risco de agressões físicas, bem como de danos que porventura possam ser causados à aeronave;

IV. Caso o associado tenha qualquer sintoma ou indício de uso de drogas ilícitas, tendo em vista a exposição potencial dos tripulantes e equipe médica ao risco de agressões físicas, bem como de danos que porventura possam ser causados à aeronave;

V. Caso o associado apresente quadro de distúrbio psiquiátrico/surto psicótico, tendo em vista a exposição potencial dos tripulantes e equipe médica ao risco de agressões físicas, bem como de danos que porventura possam ser causados à aeronave;

VI. Caso o associado, por quaisquer outras circunstâncias, não apresente condição clínica/cirúrgica para se submeter ao transporte;

VII. Caso haja plenas condições para o tratamento do associado na localidade onde ele se encontra;

VIII. Caso o transporte vise à realização de hemodiálise de rotina periódica programada ou exames complementares ao diagnóstico;

IX. Caso não exista aeródromo homologado ou registrado e faltem condições seguras de voo, ausências essas que coloquem a tripulação e o paciente em risco de morte.

§2º - A prestação do serviço de transporte aeromédico será realizada através de prestador credenciado pela AMAGIS SAÚDE, mediante autorização prévia.

ANS Nº 41669-0